



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

EDUARDO TAVARES MENDES

DILMAR LOPES CAMERINO

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 16 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4267/2014.

Interessado: Coordenação da Promotoria de Justiça Criminal de Atribuição Não Privativa.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Considerando o retorno das atividades do Dr. Elicio Ângelo de Amorim Murta, titular da 56ª Promotoria de Justiça da Capital, e , ainda a edição e respectiva publicação da Portaria PGJ nº 1.141/2014 (doc 1) que designou o Dr. Marlisson Andrade Silva para atuar na 55ª Promotoria de Justiça da Capital, determino o arquivamento destes autos.

Proc: 717/2015.

Interessado: Câmara Municipal de Rio Largo.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas.

Proc: 783/2015.

Interessado: Janixon Montes Barbosa, Assessor de Logística e Transporte desta PGJ.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 826/2015 (NF 086/2015 - PROESDESC).

Interessado: Aldinéia dos Santos.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face da manifestação da 12ª Promotoria de Justiça da Capital, à fl. 15, evoluam os autos à 13ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 1022/2015.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação desta PGJ.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Junte-se a este o Proc. nº 2276/2015.

Proc: 1131/2015.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo

Assunto: Requerimento de abono de permanência.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações. Serviço de instalação de carpete de forro de PVC, com fornecimento de material, para atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público - ESMP. Termo de Referência. Regularidade. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº 52/2015, elaborado pelo setor de compras contendo três (3) cotações de preços no mercado local. Contratação direta realizada perante a pessoa jurídica "Procar Comércio de Divisórias e Forro Ltda - EPP", devidamente habilitada (Lei 8.666/93, art. 28 e 29) que apresentou proposta vantajosa, no valor total de R\$ 2.289,56 (dois mil duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Pelo deferimento".

Proc: 1430/2015.

Interessado: Andreza Galindo Alves de Queiróz, Analista do MP.
Assunto: Requerimento de horário especial.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Jornada de Trabalho. Pedido de readequação de jornada de trabalho de servidor lotado na Escola Superior do Ministério Público de Alagoas - ESMP-AL. Aplicação do art. 100 da Lei 5247/91 e do art. 23 do Ato Normativo PGJ nº 19/2012. Pelo deferimento, sugerindo ulterior envio à Diretoria de Pessoal desta PGJ, para as providências cabíveis".

Proc: 1592/2015.

Interessado: Sandra Malta Prata Lima, Promotora de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Dada a semelhança de objetos: necessidade de regulamentar o funcionamento do plantão do Ministério Público do Estado de Alagoas; determino a juntada do presente aos autos do Processo PGJ nº 1744/2011. Cumpra-se.

Proc: 1893/2015.

Interessado: Temistócles Soares de Albuquerque.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1965/2015.

Interessado: 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Remeta-se cópia dos autos à 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Em seguida, archive-se.

Proc: 1974/2015.

Interessado: Juizado Especial Cível e Criminal.
Assunto: Encaminhando autos para os fins do art. 28 do CPP (Proc. n.º 0000760-29.2014.8.02.0356).
Despacho: Designo o Promotor de Justiça Carlos Eduardo Baltar Maia, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, para adotar as providências que a situação reclama. Lavre-se necessária portaria. Em seguida, encaminhe-se cópia fotostática deste processo administrativo, por e-mail e pelos correios, ao Promotor de Justiça designado. Oficie-se ao Juízo de Direito interessado. Após, archive-se.

Proc: 2027/2015.

Interessado: Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Considerando o ofício inaugural e, igualmente, a preexistência da Portaria PGJ n1C 113/2014, determino a retificação desta e, por conseguinte, a substituição da Promotora de Justiça Gilcele Dâmaso de Almeida Lima, outrora designada como suplente do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rurais, pela Promotora de Justiça Hylza Paiva Torres de Castro, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher do Ministério Público do Estado de Alagoas, mantendo-se a Promotora de Justiça Maria José Alves da Silva como titular. Lavre-se a necessária portaria. Oficie-se à Secretaria de Estado interessada. Após, archive-se.

Proc: 2053/2015.

Interessado: Assessoria Militar desta PGJ.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Cientifique-se o interessado. Em seguida, archive-se.

Proc: 2074/2015.

Interessado: Fellipe Tavares de Carvalho Barros, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de progressão funcional.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 24 (vinte e quatro) meses de exercício no cargo na referência que se encontra, avaliação especial de desempenho, assiduidade e inexistência de anotação acerca

de punição por crime contra a administração pública, ilícito administrativo ou disciplinar. Pelo deferimento da progressão horizontal - Símbolo PGJ-C- da classe C referência III para a IV, ressalvada a hipótese do art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis". Defiro o pedido, observando-se, quanto aos efeitos financeiros, a norma imperativa prevista no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006.

Proc: 2132/2015.

Interessado: Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Santa Luzia do Norte.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Considerando o ofício inaugural, aliado ao parecer de fl. 3, designo o Dr. Jorge José Tavares Dória, Promotor de Justiça de Pilar, para funcionar no processo nº 0500681-96.2008.8.02.0034, em tramitação na Comarca de Santa Luzia do Norte. Lavre-se a necessária portaria. Comunique-se ao Promotor de Justiça designado e ao Juízo de Direito interessado.

Proc: 2140/2015.

Interessado: Gabinete do Comandante Geral.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Junte-se ao proc. 1543/2015, voltando.

Proc: 2151/2015.

Interessado: Dra. Juçara Tavares Suruagy do Amaral, Promotora de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2202/2015.

Interessado: Centro Judicial de Soluções de Conflitos - CJUS.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Considerando o ofício inaugural, designo o Dr. Jomar Amorim de Moraes, 2º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, para presentear o Ministério Público do Estado de Alagoas junto à Casa de Direitos de Alagoas.

Proc: 2203/2015.

Interessado: Dr. , Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 2210/2015.

Interessado: Dr. Eládio Pacheco Estrela, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 2234/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Junte-se ao Proc. 862/2015. Em seguida, archive-se.

Proc: 2235/2015.

Interessado: 50ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Junte-se ao Proc. 4111/2014, voltando.

Proc: 2238/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de União dos Palmares.
Assunto: Encaminhando autos para os fins do art. 28 do CPP (Proc. n.º 0700442-95.2015.8.02.0056).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2241/2015.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DG.

Proc: 2243/2015.

Interessado: Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 2246/2015.

Interessado: Jorge Antônio dos Santos.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2264/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF n°s 1.11.000.000418/2015-72 e 1.11.000.000437/2015-07).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, ordenando o desentranhamento das Notícias de Fato e remessa aos órgãos de execução indicados.

Proc: 2276/2015.

Interessado: Mário Ferreira da Silva Júnior, Analista do Ministério Público.
Assunto: Prestação de contas.
Despacho: Considerando a manifestação de fl. 63, retornem os autos à DCF para a respectiva baixa e providências cabíveis.

Proc: 2278/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Porto Calvo.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2287/2015.

Interessado: João Rodrigo Santos Ferreira, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de progressão funcional.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor que alcançar a estabilidade. Exegese do art. 7º, parágrafo único da Lei Estadual nº 6774/2006. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses de exercício na referência inicial da classe do cargo de lotação. Pelo deferimento da progressão - Símbolo PGJ-E da classe C- referência I para II, com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3º da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis". Defiro o pedido, observando-se, quanto aos efeitos financeiros, a norma imperativa prevista no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006.

Proc: 2292/2015.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Capital com atribuição para a Defesa do Consumidor, e de traslado à 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 2293/2015.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 2294/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF n° 1.11.000.001488/2014-67).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Maribondo.

Proc: 2296/2015.

Interessado: Dra. Adriana Gomes Moreira dos Santos, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 2297/2015.

Interessado: Dr. Eládio Pacheco Estrela, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 2298/2015.

Interessado: Diretoria Geral desta PGJ.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Em face da edição da Portaria PGJ nº 524/2015, restou providenciado o pedido. Archive-se.

Proc: 2328/2015.

Interessado: 24ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2329/2015.

Interessado: Dra. Failde Soares Ferreira de Mendonça, Promotora de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Remeta-se cópia do certificado de fl. 4 à DP e à DPO. Em seguida, evoluam os autos à DG para as medidas cabíveis.

Proc: 2335/2015.

Interessado: 5ª Vara do Trabalho de Maceió/AL.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia do Processo Pje nº 0010718-37.2013.5.19.0005).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2337/2015.

Interessado: 55ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Defiro. Lavre-se a portaria necessária.

Proc: 2346/2015.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia da NF nº 000486.2015.19.000/8-018).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2374/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (PR-AL-00007627/2015).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2376/2015.

Interessado: Carlos Tadeu de Andrade Lopes Filho.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 2377/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça Criminal de Atribuição Não Privativa.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 2378/2015.

Interessado: 8ª Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal da Capital.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Considerando a aquiescência do membro do Ministério Público a ser designado para funcionar no Plantão Judiciário do mês de junho, explicitada pela subscrição do ofício exordial, defiro o pleito. Lavre-se necessária portaria. Após, archive-se.

Proc: 2383/2015.
Interessado: Maria de Fátima Santos Oliveira.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2384/2015.
Interessado: Rosemere Claudina da Silva.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2387/2015.
Interessado: Dra. Adriana Gomes Moreira dos Santos, Promotor de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 2388/2015.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correição.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 2389/2015.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correição.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 2390/2015.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correição.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 2391/2015.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correição.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 2392/2015.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correição.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 2393/2015.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correição.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 2394/2015.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correição.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 2395/2015.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Encaminhamento de relatório de correição.
Despacho: Remeta-se à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para as medidas de estilo.

Proc: 2396/2015.
Interessado: 1ª Promotoria Especial Criminal da Capital.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Considerando o pleito exordial, justificado pelas razões explicitadas na referida comunicação, defiro o pleito. Lavre-se necessária portaria. Após, archive-se.

Proc: 2399/2015.
Interessado: Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2401/2015.
Interessado: Dayanne Simões da Silva Humberto.
Assunto: Encaminhamento de denúncia.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2402/2015.
Interessado: Suely da Silva Brasileiro.
Assunto: Encaminhamento de denúncia.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2403/2015.
Interessado: Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 2420/2015.
Interessado: 66ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Em face da manifestação da 66ª Promotoria de Justiça da Capital, à fl. 21, evoluam os autos à 65ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 2421/2015.
Interessado: Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis.

Proc: 2423/2015.
Interessado: Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Promotor de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2426/2015.
Interessado: Dr. Izadílio Vieira da Silva Filho, Promotor de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 2431/2015.
Interessado: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região - Crefito-1.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2432/2015.
Interessado: Dra. Viviane Sandes de Albuquerque Wanderley, Promotora de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2434/2015.
Interessado: Promotorias de Justiça de Atalaia.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À Diretoria de Tecnologia da Informação.

Proc: 2441/2015.
Interessado: Dr. Rogério Paranhos Gonçalves, Promotor de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 2443/2015.
Interessado: Dr. Jomar Amorim de Moraes, Promotor de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 2451/2015.
Interessado: Alvaro Carvalho Macêdo dos Santos, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 2452/2015.
Interessado: Dra. Alexandra Beurlen, Promotora de Justiça.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Defiro Ad Referendum do CSMP.

Proc: 2453/2015.
Interessado: 11ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 2455/2015.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (PP n° 1.11.000.000564/2014-17).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2474/2015.
Interessado: Dr. Alberto Tenório Vieira, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.
Após, arquite-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 16 de junho de 2015.

Andressa Loureiro de Mendonça Alves
Assessora Técnica

Protocolo 167821

PORTARIA PGJ n° 543, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ n° 2074/2015, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo FELLIPE TAVARES DE CARVALHO BARROS, Analista do Ministério Público - Área Gestão Pública, Símbolo PGJ-C, da Classe C, referência III para a referência IV da mesma Classe.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 544, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ n° 2287/2015, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo JOÃO RODRIGO SANTOS FERREIRA, Biblioteconomista, Símbolo PGJ-E, da Classe C, referência I para a referência II da mesma Classe.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 167741

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) 12 DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

2ª CÂMARA CÍVEL

0800858-45.2015.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRADO :
HUMBERTO MEDEIROS DE BARROS JUNIOR
AGRADO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :11/06/2015 Retirada :12/06/2015
Devolução :15/06/2015 Saidap/ TJ 15/06/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

2ª CÂMARA CÍVEL

0000811-95.2008.8.02.0050
APELAÇÃO CIVEL
PORTO CALVO
APETE :
LUCIANO RUFINO DA SILVA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :11/06/2015 Retirada :12/06/2015
Devolução :15/06/2015 Saidap/ TJ 15/06/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

3ª CAMARA CIVEL

0800334-48.2015.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRADO :
DJNANE MOURA DA SILVA
AGRADO :
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS-UNCISAL
Entrada :11/06/2015 Retirada :12/06/2015
Devolução :15/06/2015 Saidap/ TJ 15/06/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802056-20.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
FELIPE DA SILVA RODRIGUES

Entrada :11/06/2015 Retirada :12/06/2015
Devolução :15/06/2015 Saidap/ TJ 15/06/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801688-11.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
ADRIANO FERREIRA DE ARAUJO:

Entrada :11/06/2015 Retirada :12/06/2015
Devolução :12/06/2015 Saidap/ TJ 12/06/2015

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL

0000660-07.2009.8.02.0047
EMBARGOS INFRINGENTES
PILAR
EMBARGANTE:
MINISTERIO PUBLICO
EMBARGADO :
PAULO URBANO VIEIRA
Entrada :12/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 12/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MARGARIDA MARIA COUTO MONTE

SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL

0801926-30.2015.8.02.0000
MANDADO DE SEGURANÇA (SEC)
CAPITAL
IMPETE :
JOAO PAULO FREITAS BATISTA
IMPEDO :
JUIZ DE DIREITO DA 18ª VARA CIVEL DA COMARCA DA
CAPITAL-FAZENDA ESTADUAL
Entrada :12/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 12/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0701354-05.2011.8.02.0001
RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINARIO EM
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
CAPITAL
RECORRENTE:
FUNCEF-FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS
RECORRIDO :
MIGUEL MEDEIROS FILHO
Entrada :12/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 12/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0034694-49.2009.8.02.0001
RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINARIO EM
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
CAPITAL
RECORRENTE:
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO :
GILBERTO DE CARVALHO ANDRADE
Entrada :12/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 12/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0801168-51.2015.8.02.0000
PROCEDIMENTO ORDINARIO
FEIRA GRANDE
AUTOR :
MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE
REU :
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PUBLICO
MUNICIPAL DE FEIRA GRANDE/AL-SINDSFEIRA
Entrada :12/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 12/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0801814-48.2013.8.02.0900
RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA
CAPITAL
RECORRENTE:
GABRIELLE VIEIRA BELLO DA SILVA
RECORRIDO :

Entrada :12/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 12/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0802712-11.2014.8.02.0000
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
CAPITAL
EMBARGANTE:
CRISTIANO MATHEUS DA SILVA E SOUZA
EMBARGADO :
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Entrada :12/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 12/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Protocolo 167653

>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<

AO(S) '12' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE
DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE
PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

2ª CÂMARA CÍVEL

0700047-82.2013.8.02.0021
APELAÇÃO CIVEL
MARIBONDO
APETE :
MUNICIPIO DE MARIBONDO

Assunto:
DENUNCIA CONTRA POLUIÇÃO SONORA
Remetido para:
4A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Proc. 2501/2015
Interessado:
CONSELHEIRO OTAVIO LESSA DE G. SANTOS, PRESIDENTE, TRIBUNAL
DE CONTAS DE ESTADO
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
RESOLUÇÃO N° 088/15
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2502/2015
Interessado:
RECOMEÇO, CLINICA ESPECIALIZADA EM DEPENDENCIA QUIMICA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICADO DE INTERNAÇÃO INVOLUNTARIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2498/2015
Interessado:
CNMP - JARBAS SOARES JUNIOR, CONSELHEIRO NACIONAL,
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DEFESADOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
AUDIENCIA PUBLICA SOBRE A PRESERVAÇÃO DO BIOMA AMAZONIA
Remetido para:
SECRETARIA GAB. PGJ

Proc. 2499/2015
Interessado:
CNMP - BLAL YASSINE DALLOUL, SECRETÁRIO-GERAL DO CNMP
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHA COPIA DA RESOLUÇÃO CNMP N° 123/2015
Remetido para:
SECRETARIA GAB. PGJ

Proc. 2492/2015
Interessado:
66ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2483/2015
Interessado:
2ª PROMOTORIA DE JUSTICA DE PENEDO
Natureza:
REQUERENDO PUBLICACAO NO DIARIO OFICIAL
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2485/2015
Interessado:
DR. HELDER DE ARTHUR JUCÁ FILHO, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
Proc. 2486/2015
Interessado:
DR. ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA, PROMOTOR DE
JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO PAGAMENTO DE DIFERENÇA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2487/2015
Interessado:
DR. ANDERSON CLAUDIO DE ALMEIDA BARBOSA, PROMOTOR DE
JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PAGAMENTO DE DIFERENÇA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2488/2015
Interessado:
DR. JOSE CARLOS SILVA CASTRO, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO PAGAMENTO DE DIFERENÇA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2490/2015
Interessado:
66ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 2493/2015
Interessado:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA, SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQ. SUBSTITUIÇÃO DE AR CONDICIONADO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 2494/2015
Interessado:
TEOGENES CARDOSO TENORIO LISBOA, ASSESSOR OPERACIONAL DA
DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
RELATORIO DE VISITA - PROMOTORIA PÚBLICA DA CAPITAL
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 2491/2015
Interessado:
MARIA HELENA CAVALCANTE FERNANDES, FUNCIONÁRIA DESTA PGJ
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2511/2015
Interessado:
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, CORREGEDORIA NACIONAL DE
JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:
OFICIO N° 500/CN-CNJ/2015
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2484/2015
Interessado:
3ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL-5ª REGIÃO/SEÇÃO JUDICIARIA DE ALAGOAS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:
IP N° 0001134-2015.4.05.8000
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2496/2015
Interessado:
DRA. FAILDE S.FERREIRA DE MENDONCA, PROMOTORA DE JUSTICA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:
REQUERENDO RESERVA DO AUDITORIO DA PGJ
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 2497/2015
Interessado:
DRA. FAILDE SOARES FERREIRA DE MENDONCA, PROMOTORA DE JUSTICA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:
REQUERENDO CARRO, MOTORISTA, RE EQUIPE
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 2503/2015
Interessado:
DRA. FRANCISCA PAULA DE JESUS LOBO NOBRE DE SANTANA, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ APOIO DO NUCLEO DE DEFESA DO PATRIMONIO

Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2500/2015
Interessado:
WARLLEY KALEU DA SILVA, ANALISTA DO MINISTERIO PUBLICO - GESTAO PUBLICO
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)

Assunto:
DIARIAS
Remetido para:
DIRETORIA DE PROG. ORÇAMENTO / DIR. CONTAB. E FINANÇAS

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Protocolo 167707

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '16' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CÂMARA CÍVEL

0801112-18.2015.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
SAO LUIZ DO QUITUNDE
AGRATE :
MUNICIPIO DE SAO LUIZ DE QUITUNDE

AGRADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

1ª CÂMARA CÍVEL

0801180-65.2015.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
SAO LUIZ DO QUITUNDE
AGRATE :
MUNICIPIO DE SAO LUIZ DE QUITUNDE
AGRADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MARGARIDA MARIA COUTO MONTE

1ª CÂMARA CÍVEL

0801659-58.2015.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
ANTONIO ISRAEL DE LIMA
AGRADO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VALTER JOSE OMENA ACIOLI

1ª CÂMARA CÍVEL

0801813-76.2015.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
BAR EL LUGAR LTDA - ME
AGRADO :
SECRETARIO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE(SEMPMA) VINCULADO AO MUNICIPIO DE
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

1ª CÂMARA CÍVEL

0725366-15.2013.8.02.0001
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS

APEDO :
BRUNO MEDEIROS CHAVES
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

2ª CÂMARA CÍVEL

0800162-09.2015.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
ELIEGE MARIA DOS SANTOS LEITE
AGRADO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCOS BARROS MERO

3ª CAMARA CIVEL

0721886-29.2013.8.02.0001
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
HUMBERTO GUILHERME DA SILVA
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA

3ª CAMARA CIVEL

0000568-78.2013.8.02.0050
REEXAME NECESSARIO
PORTO CALVO
REMETENTE :
JUIZO
PARTE :
MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

3ª CAMARA CIVEL

0021622-24.2011.8.02.0001
REEXAME NECESSARIO
CAPITAL
REMETENTE :
JUIZO

PARTE :
IVAN LOPES DA SILVA
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCIO ROBERTO TENORIO DE ALBUQUERQUE

3ª CAMARA CIVEL

0801263-81.2015.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
ALESSANDRO VALERIO BRAGA DA SILVA
AGRADO :
RUI SOARES PALMEIRA
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VALTER JOSE OMENA ACIOLI

3ª CAMARA CIVEL

0802755-95.2013.8.02.0900
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
B. B. DE S.
AGRADO :
J. R. DE M. S.
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

3ª CAMARA CIVEL

0802944-23.2014.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
SAO LUIZ DO QUITUNDE
AGRATE :
ERALDO PEDRO DA SILVA
AGRADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

3ª CAMARA CIVEL

0500533-33.2008.8.02.0019
APELAÇÃO CIVEL
MARAGOGI
APETE :
MUNICIPIO DE MARAGOGI

APEDO :
JOSE PETRUCIO ERNESTO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCOS BARROS MERO

3ª CAMARA CIVEL

0719922-98.2013.8.02.0001
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
JOSE AMARO DOS SANTOS
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MARGARIDA MARIA COUTO MONTE

CÂMARA CRIMINAL

0011610-19.2009.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
WALLISTON ALBERTO DO NASCIMENTO
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL

0000088-05.2010.8.02.0051
APELAÇÃO CRIMINAL
RIO LARGO
APETE :
EDMILSON CUSTODIO DA SILVA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL

0001490-58.2009.8.02.0051
APELAÇÃO CRIMINAL
RIO LARGO
APETE :
SAMUEL BEZERRA DA SILVA

APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL

0721740-51.2014.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
JOSE AUGUSTO DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERICO

CÂMARA CRIMINAL

0720800-23.2013.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
DENISSON SILVA FLORENCIO DE ALBUQUERQUE
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL

0000016-59.2013.8.02.0068
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RIO LARGO
RECORRENTE:
ADRIANO MARQUES DE LIMA
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL

0703605-88.2014.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
ANDREIA DA SILVA GOMES

APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

0500273-37.2013.8.02.0000
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PARIPUEIRA
EMBARGANTE:
ASSISTENTES DE ACUSAÇÃO
EMBARGADO :
ALEX JOAQUIM DOS SANTOS
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

0040032-67.2010.8.02.0001
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
CAPITAL
RECORRENTE:
JOSE GILSON DA SILVA
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

0728949-71.2014.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
CRISTIANO HENRIQUE DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL

0003988-38.2011.8.02.0058
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
ARAPIRACA
RECORRENTE:
JOSE CICERO DOS SANTOS
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL

0049113-06.2011.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
MINISTERIO PUBLICO
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL

0000344-06.2012.8.02.0203
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
ANADIA
RECORRENTE:
ADAILTON FERREIRA
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

0052847-67.2008.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
CLOVIS DE ARUJO PORCIUNCULA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL

0500372-66.2008.8.02.0037
APELAÇÃO CRIMINAL
SAO SEBASTIAO
APETE :
MINISTERIO PUBLICO
APEDO :
JOSE APARECIDO DA COSTA SANTOS
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERICO

CÂMARA CRIMINAL

0501043-96.2007.8.02.0046
APELAÇÃO CRIMINAL
PALMEIRA DOS INDIOS
APETE :
EVERTON NASCIMENTO DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL

0700434-68.2014.8.02.0084
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
M. H. F.
APEDO :
M. P.
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

0700855-12.2014.8.02.0067
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
MINISTERIO PUBLICO
APEDO :
HAROLDO VINICIUS DE OLIVEIRA
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

0726280-45.2014.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
ERICK GEISE SILVEIRA LEITE
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL

0018364-69.2012.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
CICERO SEBASTIAO DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL

0000711-80.2012.8.02.0057
APELAÇÃO CRIMINAL
VICOSA
APETE :
EMERSON FERNANDES DOS SANTOS CABRAL
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL

0002217-94.2014.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
CARLOS FERNANDO LEITAO LINS JUNIOR
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERICO

CÂMARA CRIMINAL

0002950-26.2015.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
WELLINGTON DA SILVA COSTA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL

0000187-13.2013.8.02.0069
APELAÇÃO CRIMINAL
PALMEIRA DOS INDIOS
APETE :
JOSELITO BARROS DE ARAUJO
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

0725426-85.2013.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
JAMERSON JOSE GUIMARAES DA SILVA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

0087938-24.2008.8.02.0001
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
F. DE A. C. F.
APEDO :
L. J. DOS S.
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801837-07.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPELA
PACIENTE :
CARLOS RONDINELLY BORGES LOPES:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801639-67.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
PALMEIRA DOS INDIOS
PACIENTE :
MANOEL ARAUJO DA COSTA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801640-52.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
PILAR
PACIENTE :
JAILTON FRANCISCO DE LIMA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801660-43.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
ISRAEL JOSE DA CONCEIÇÃO:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801964-42.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
PASSO DE CAMARAGIBE
PACIENTE :
JORDAN FERNANDES LOPES:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802161-94.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
JOSIVAL FIRMINO DA SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802159-27.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
RIO LARGO
PACIENTE :
ALBA RAQUEL DA SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801776-49.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
DIEGO DA SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801577-27.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
UNIAO DOS PALMARES
PACIENTE :
ULISSES DA SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801376-35.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
RIO LARGO
PACIENTE :
EVERTON GONÇALVES FERREIRA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801350-37.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
RIO LARGO
PACIENTE :
FRANCYS DOS SANTOS SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801703-77.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
CARLOS HENRIQUE PEREIRA PINTO:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801575-57.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
UNIAO DOS PALMARES
PACIENTE :
AMILTON JAMELE MELO DE OLIVEIRA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801848-36.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
ALISSON BRUNO DE CARVALHO SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Promotora de Justiça convocada:
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801750-51.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
ADRIANO MARQUES DA SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802084-85.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
WEMERSON NASCIMENTO DA SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801603-25.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
GILIEL BISPO DA SILVA:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801471-65.2015.8.02.0000
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
ROSILENE ESPERIDIAO DOS SANTOS:

Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0803914-23.2014.8.02.0000
MANDADO DE SEGURANÇA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
ANTONIO MARCIO GERONIMO DA SILVA
IMPEDO :
JUIZES DE DIREITO DA 17ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0012287-49.2009.8.02.0001
RECURSO ESPECIAL ADESIVO EM APELACAO CIVEL
CAPITAL
RECORRENTE:
MUNICIPIO DE MACEIO
RECORRIDO :
MARIA HELITA MESQUITA DA SILVA
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0096871-83.2008.8.02.0001
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
CAPITAL
RECORRENTE:
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO :
PATURY E CIA LTDA (CITROEN) - VIA FRANCE
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0700044-30.2013.8.02.0021
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
MARIBONDO
RECORRENTE:
MUNICIPIO DE MARIBONDO
RECORRIDO :
VALDETE DA SILVA DE SOUZA
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0002891-08.2008.8.02.0058
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO
ARAPIRACA
RECORRENTE:
MUNICIPIO DE ARAPIRACA
RECORRIDO :
JOAO BATISTA DE ALMEIDA
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0076418-96.2010.8.02.0001
RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
RECORRENTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO :
MARCOS ANDRE DE BARROS LINS
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0706598-41.2013.8.02.0001
RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EM APELAÇÃO
CAPITAL
RECORRENTE:
HSBC BANK BRASIL SA
RECORRIDO :
LUCIANA FLAVIA DE MAGALHAES CHAVES
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0802710-91.2013.8.02.0900
RECURSO EXTRAORDINARIO EM PROCEDIMENTO
ORDINARIO
CAPITAL
RECORRENTE:
MUNICIPIO DE MACEIO
RECORRIDO :
SINDICATO MUNICIPAL DOS AGENTES DE COMBATE AS
ENDEMIAS DO MUNICIPIO DE MACEIO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0000904-16.2012.8.02.0051
RECURSO ESPECIAL EM SUSPENSAO DE LIMINAR
RIO LARGO
RECORRENTE:
ANTONIO LINS DE SOUZA FILHO
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0001338-37.2007.8.02.0000
RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO PENAL -
PROCEDIMENTO ORDINARIO
CAPITAL
RECORRENTE:
C. F. B. DE A.
RECORRIDO :
M.P.
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0800347-34.2013.8.02.0900
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ORDINARIO
MARAGOGI
RECORRENTE:
OLAVO DE SOUZA MOURA JUNIOR
RECORRIDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :16/06/2015 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/06/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

=====
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA
=====

Protocolo 167762

Promotorias de Justiça

GESTÃO AMBIENTAL.
Proc. Nº PGJ-950/2015.

PORTARIA 4ª PJC Nº 14/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 4º Promotor de Justiça da Capital, em face de notícia de fato constante nos autos do Proc. nº 11/2014, informando irregularidades no funcionamento do empreendimento denominado CENTRAL ANALÍTICA, localizada na Rua Sá e Albuquerque, nº 184, bairro do Jaraguá, nesta capital, ante a inexistência de licença de operação perante o órgão ambiental estadual, apontando para potencial risco ao meio ambiente e à saúde.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO que o Estado, dentre outras tarefas, tem o dever de proteger a saúde e o meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente.

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

RESOLVE

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - Comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - Juntada aos autos da representação formulada e demais documentos;

4 - Designo o dia 10 de agosto de 2015, às 10:00 horas, para realização de audiência objetivando propor ajuste de conduta às exigências legais, notificando-se o Instituto do Meio Ambiente - IMA/AL, Conselho Regional de Química - CRQ 17ª Região e investigado.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 14 de maio de 2015.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

DOUGLAS GALVÃO FILHO
Estagiário da 4ª PJC

Processo nº PGJ/AL-1671/2015.

PORTARIA 4ª PJC Nº 15/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 4º Promotor de Justiça da Capital, em face de peças de informação onde consta destruição de vegetação do bioma mata atlântica (aproximadamente 11.000m²), tudo sem licença ou autorização da autoridade ambiental competente, tendo como autuado o Sr. LUIS PAULINO DO NASCIMENTO, fatos ocorridos em propriedade localizada na Rodovia AL 101 Norte, bairro Ipioca, próximo ao quilômetro 60 (200m após a ponte do Rio Saúde, lado esquerdo) nesta capital.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que a vegetação afetada é objeto de especial preservação, por estar inserida no domínio da Mata Atlântica, patrimônio nacional, possuindo uma biota rica e diversificada, bem como a preocupação da sociedade civil organizada com o estado de degradação em que se encontra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (UNESCO) no Estado de Alagoas.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO que a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

CONSIDERANDO que na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.

2 - Comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

3 - Juntada aos autos dos documentos apresentados pelo Comando do Batalhão de Polícia Ambiental - BPA e pela Ouvidoria do Ministério Público.

4 - Designo o servidor Douglas Henrique de Carvalho Galvão Filho, estagiário deste Ministério Público, para secretariar os trabalhos do presente procedimento preparatório.

5 - Requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com quesitos a serem respondidos no corpo da perícia.

6 - Designo o dia 7 de agosto de 2015, às 11:00 horas, para realização de audiência, notificando-se a Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente - SEMPMA, Batalhão de Polícia Ambiental - BPA e o investigado.

7 - Remetam-se cópias do presente procedimento ao Ministério Público Federal, com a finalidade de que sejam adotadas as providências necessárias acerca dos possíveis lançamentos de efluentes informados e que possam atingir bens da União.

8 - Seja informado ao Ouvidor do Ministério Público as providências adotadas, com remessa de cópia do presente Inquérito, por todo seu teor.

9 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 27 de maio de 2015.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

DOUGLAS GALVÃO FILHO
Estagiário da 4ª PJC

Processo nº PGJ/AL-3924/2014.

PORTARIA 4ª PJC Nº 16/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 4º Promotor de Justiça da Capital, em face de peças de informação onde consta a ocorrência de elevado volume de sons e ruídos oriundos de equipamentos sonoros dos veículos (Paredões de Som) que frequentam o Posto NENO, localizado na Rua Formosa, nº 1985, bairro de Ponta Grossa, nesta capital, sofrendo os moradores com a poluição sonora causada.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,
promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.

2 - Comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

3 - Juntada aos autos dos documentos apresentados pela Ouvidoria do Ministério Público.

4 - Designo o servidor Douglas Henrique de Carvalho Galvão Filho, estagiário deste Ministério Público, para secretariar os trabalhos do presente procedimento preparatório.

5 - Designo o dia 14 de agosto de 2015, às 09:00 horas, para realização de audiência, notificando-se a Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente - SEMPMA, Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Maceió - SMTT, Batalhão de Polícia Ambiental - BPA e o investigado.

6 - Seja informado ao Ouvidor do Ministério Público as providências adotadas, com remessa de cópia do presente Inquérito, por todo seu teor.

7 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 28 de maio de 2015.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

DOUGLAS GALVÃO FILHO
Estagiário da 4ª PJC

Protocolo 167560

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIS DO QUITUNDE

PORTARIA MP/SLQ - 03/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por meio de seu Promotor de Justiça, em face de constantes notícias de deficiências de serviços essenciais no município de São Luis do Quitunde,

CONSIDERANDO que é público e notório os constantes atrasos nos pagamentos de salários de servidores municipais (ativos e inativos), a despeito de ações cíveis públicas já ajuizadas, com liminares deferidas pelo juízo de primeiro grau e ratificadas pelo Tribunal de Justiça, e por esta razão já houve bloqueio judicial de contas públicas e execução de astreintes,

CONSIDERANDO a existência de liminares em ações cíveis públicas determinando a prestação de serviços essenciais (pagamentos de salários, entrega de remédios, realização de exames médicos, fornecimento de merenda escolar, concerto de ponte, etc) e a sucessiva interposição de agravos de instrumento por parte do município, sob a alegação de falta de recursos, fato que já levou a bloqueio judicial de contas públicas e execução de astreintes,

CONSIDERANDO que é público e notório a contratação de shows artísticos nos últimos dias 16 e 17.05.2015, para festividades municipais, em valores que não foram divulgados, nem em portal de transparência, nem em diário oficial,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art.127 da CF/88);

RESOLVE:

com fundamento nas disposições do art. 2º, II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PRELIMINAR

promovendo as diligências necessárias para a apuração dos fatos apresentados, que poderá ser convertido em inquérito civil público, passando a adotar as seguintes providências:

- 1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;
 - 2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ,
 - 3 - expedição de ofício requisitórios dirigidos ao Prefeito do Município de São Luis do Quitunde, que deverá ser atendido no prazo de 10(dez) dias, para que remeta a este Órgão os seguintes documentos: a) cópia de todo e qualquer procedimento licitatório e/ou dispensa/inexigibilidade de licitação, com os contratos resultantes, e processos de pagamentos de cantores, bandas, estrutura de palco, som, etc. para os eventos festivos dos dias 16 e 17.05.2015, por ocasião das festividades de emancipação política, b) cópia da lei orçamentária anual (2015).
- Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

São Luis do Quitunde, 19 de maio de 2015,

JORGE LUIZ BEZERRA DA SILVA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Protocolo 167565

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DA FAZENDA ESTADUAL
RESENHA

A 21ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por meio do Promotor de Justiça titular, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar ao(s) interessado(s) a adoção de providências nos Procedimentos Administrativos a seguir nominados: Procedimento Administrativo 159/14 (PGJ/AL-5209/2014) - Interessado: Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - Objeto: irregularidades na contratação de pessoa pelo Estado de Alagoas para prestação de serviço como agente penitenciário, no ano de 1995, ocorrida sem observância ao imperativo constitucional de submissão a concurso público - Decisão: A análise dos autos denota que não há motivos para instauração de inquérito civil público, tendo em vista que, caso comprovado o suposto ato de improbidade, eventual ação para responsabilizar o agente ímprobo estaria prescrita. Ademais, no caso sob exame não cabe ação de ressarcimento ao erário, pois, conforme assentado na Sentença exarada pela Justiça do Trabalho, não houve controvérsia em relação à efetiva prestação do serviço. Diante do exposto, com fulcro no art. 23, I, da Lei 8.429/92, archive-se. Procedimento Administrativo 15/15 (PGJ/AL-109/2015) - Interessado: Marcelo da Rosa Coutinho - Objeto: possíveis irregularidades no Concurso Público realizado pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde - Uncisal para provimento de vagas do quadro efetivo e formação de cadastro de reserva para os cargos do Magistério Superior, regido pelo Edital 001/2014 - Decisão: tendo em vista tratar-se de matéria previamente analisada por esta Promotoria de Justiça, que concluiu pela inexistência de ato capaz de encetar a intervenção ministerial, indefiro o pedido de instauração de inquérito civil nos termos preconizados pelo artigo 5º da Resolução nº 23 do CNMP. Os interessados dispõem do prazo de 10 dias, a contar da data da publicação, para interpor recurso administrativo, com a juntada das respectivas razões.

Jamyl Gonçalves Barbosa
Promotor de Justiça

Protocolo 167545

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

RESENHA

A 20ª Promotoria de Justiça da Capital, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar aos interessados a adoção de providências no Processo a seguir nominado: Notícia de Fato nº 137/2014 - Antonio Emerson Alecio Barbosa - Assunto: Possível cobrança exacerbada de tarifas por parte da empresa Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda (SINART). Decisão: Em face do exposto, deixo de converter o presente feito em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público, indeferindo o pedido nos termos do disposto no artigo 5º, caput, da Resolução 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007; Processo nº 03/2015 - Anônimo - Assunto: Concorrência Agesa nº 002/2008.

Decisão: Em face do exposto, deixo de converter o presente feito em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público, indeferindo o pedido nos termos do disposto no artigo 5º, caput, da Resolução 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007; Processo nº 08/2015 - Anônimo - Assunto: Pedido de Providências. Decisão: Assim, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, indefiro o pedido de instauração de inquérito civil. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo; Processo nº 14/2015 - Alef Bruno Silva de Lima e outro - Assunto: Pedido de Providências. Decisão: Assim, diante da ausência de fato que importe na atuação do Ministério Público, indefiro o pedido de instauração de inquérito civil, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo; Processo nº 27/2015 - Juizado Especial Federal Cível - 9ª Vara /Seção Judiciária de Alagoas - Assunto: Encaminhamento de documentos. Decisão: Assim, diante da ausência de indicio de fato que importe em improbidade administrativa ou que mereça atuação do Ministério Público, o Ministério Público Estadual indefere a instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo a Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público; Processo nº 69/2015 - Carlos Gustavo de Medeiros Rocha - Assunto: Denúncia Concurso Público da Uncisal. Decisão: Assim, diante da ausência de fato que importe na atuação do Ministério Público, indefiro a abertura de procedimento administrativo, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo.

Nos termos do parágrafo primeiro da Resolução 23/2007 do CNMP, os interessados dispõem do prazo de 10 dias a contar da data da publicação para interpor recurso administrativo, com a juntada das respectivas razões.

SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO
Promotor de Justiça

Protocolo 167740

PORTARIA N.º 08/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 015/96, e

CONSIDERANDO o inteiro teor da “denúncia de cessão de ambulância e de servidores do Município de Rio Largo para o Município de Cajueiro durante a realização do evento LENGU TENGO nos dias 22 e 23 de maio de 2015”, com data de 09/06/2015, firmada por cidadãos de Rio Largo,

CONSIDERANDO que o pedido de providências veio instruído com mídia digital, na qual há o reconhecimento da cessão, inclusive com informação de que em algumas unidades de saúde em Rio Largo há carência de ambulâncias,

CONSIDERANDO que é necessário perquirir a legalidade da referida cessão,

CONSIDERANDO QUE o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art.127 da CF/88),

RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades, passando a adotar as seguintes providências: A) Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim; B) Requerer ao Procurador Geral de Justiça a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado; C) Expedição de ofício ao Prefeito de Rio Largo, Antônio Lins de Souza Filho, para que, no prazo de 10(dez) dias encaminhe os seguintes documentos: I) termo de convênio que permitiu a cessão de ambulância para o município de Cajueiro, II)

instrumento normativo municipal que autoriza a celebração dessa espécie de convênio; III) a placa do veículo cedido; IV) a quantidade, nomes e cargos dos servidores cedidos; V) a quantidade de ambulâncias pertencentes ao município de Rio Largo, em atividade, e como estão distribuídas, VI) o número de ocorrências e atendimentos registrados, nos dias 22 e 23 de maio de 2015, em Rio Largo;

D) Expedição de ofício ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio Largo, Marcos Antônio Cansanção da Silva, para que informe sobre o pedido de cessão da ambulância para o Município de Cajueiro, bem como se houve manifestação do Conselho a respeito desse pedido;

E) Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.
Rio Largo, 12 de junho de 2015.

JORGE LUIZ BEZERRA DA SILVA
Promotor de Justiça

TÁCITO YURI DE MELO BARROS
Promotor de Justiça

PORTARIA N.º 09/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 015/96, e

CONSIDERANDO o inteiro teor da representação formalizada em 10/06/2015, por cidadãos de Rio Largo, segundo a qual o Prefeito de Rio Largo está destinando o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para cada uma das 25 (vinte e cinco) Unidades Básicas de Saúde, totalizando R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)/mês, valor que seria destinado para reformas,

CONSIDERANDO que o valor ultrapassa os limites definidos como pequenas despesas, previsto na Lei 8.666/93, e que não há notícias de licitações para reformas dos postos de saúde, havendo indícios de fracionamento de despesas,

CONSIDERANDO que é necessário esclarecer a ocorrência e a legalidade desses repasses,

CONSIDERANDO QUE o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art.127 da CF/88),

RESOLVE INSTAURAR PROCEDIMENTO PRELIMINAR INVESTIGATÓRIO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades, passando a adotar as seguintes providências:

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requerer ao Procurador Geral de Justiça a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado;

Expedição de ofício ao Prefeito de Rio Largo, Antônio Lins de Souza Filho, para que no prazo de 10(dez) dias, remeta a este Órgão os seguintes documentos: cópias integrais de todos os processos de transferência de recursos, para as UBS, com prestação de contas, referentes ao período de 2015; Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.
Rio Largo, 12 de junho de 2015.

JORGE LUIZ BEZERRA DA SILVA
Promotor de Justiça

TÁCITO YURI DE MELO BARROS
Promotor de Justiça

PORTARIA N.º 10/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 015/96, e

CONSIDERANDO o inteiro teor da representação formalizada em 10/06/2015, por cidadãos de Rio Largo, segundo a qual o superintendente da SMTT/RIO LARGO realizou compras de equipamentos para escritório, com dispensa indevida de licitação, havendo ainda suspeitas de que alguns materiais foram pagos mesmo sem a efetiva entrega,

CONSIDERANDO que a representação está acompanhada de algumas cópias de processos de pagamento,

CONSIDERANDO que é necessário esclarecer a ocorrência e a legalidade dessas compras, e posteriores pagamentos,

CONSIDERANDO QUE o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art.127 da CF/88),

RESOLVE INSTAURAR PROCEDIMENTO PRELIMINAR INVESTIGATÓRIO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades, passando a adotar as seguintes providências:

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requerer ao Procurador Geral de Justiça a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado;

Expedição de ofício ao Superintendente da SMTT/RIO LARGO, para que no prazo de 10(dez) dias, remeta a este Órgão os seguintes documentos: cópias integrais de todos os processos de pagamento de equipamentos e materiais de escritório, referentes ao período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014, Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.
Rio Largo, 12 de junho de 2015.

JORGE LUIZ BEZERRA DA SILVA
Promotor de Justiça

TÁCITO YURI DE MELO BARROS
Promotor de Justiça

Protocolo 167745

RESENHA

O Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, nos termos do art. 15 da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientifica aos interessados a adoção de providência nos seguintes Procedimentos Administrativos: Peça de Informações nº 014/2014 - PGJ nº 61/2014 - Interessada: Martha Conceição de Almeida Rios - Visando

dar ciência de comunicação de arquivamento, considerando que com o endereço constante nos autos, não foi possível encontrá-la - Decisão: Pelas considerações expostas, DETERMINO O ARQUIVAMENTO dos autos, sem prejuízo a fatos supervenientes, comunicando-se as partes a respeito deste ato.

Maceió, 10 de junho de 2015.

Flávio Gomes da Costa Neto
Promotor de Justiça

Protocolo 167751

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÁGUA BRANCA

PORTARIA PP N.º 02/2015

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, Designado para a Promotoria de Justiça de Água Branca, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, II da Constituição Federal e pelo art. 26, I da Lei 8.625/93 e o disposto na Resolução n.º 23/07 (e alterações das resoluções n.º 35/2009, 59/2010 e 107/2014) art. 2º, inciso III, § 4º do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 01/2010 do CPJMP-AL:

CONSIDERANDO que a análise dos documentos enviados pela Prefeitura de Água Branca em vista do ofício Ofício MP-PPR-AgBr. 001-03-2015, no qual se notifica e requisita informações demonstrara-se incapaz para aquilatar-se sobre o objeto do feito em andamento;

CONSIDERANDO que as informações oferecidas estão ou desordenadas ou insuficientes ao deslinde da matéria sub examinem;

CONSIDERANDO a necessidade de se colher informações sobre as licitações ou dispensas de licitações; aditivos, ou ainda prorrogações de contratos em face de empresa agenciadora dos serviços de transportes cuja sede está situada na Comarca de Paulo Afonso no Estado da Bahia;

CONSIDERANDO que a análise dos documentos trazidos à colação, a qual visava obter caráter conclusivo em face da demanda estudantil e de assegurar a prestação contínua, efetiva, segura e suficiente ao serviço de transporte, pôs mais cepticismo ao Feito investigatório preliminar;

CONSIDERANDO que a exigüidade de tempo do procedimento preparatório e a natural precaução desta investigação demanda um elastecimento cautelar do dies ad quem para maiores esclarecimento;

CONSIDERANDO o art. 2º da Resolução n.º 23 e suas alterações, ut infra:

Art. 2º O inquérito civil poderá ser instaurado:

III- ...omissis...

§ 6º O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.

RESOLVO:

Determinar a prorrogação do Procedimento Preparatório n.º 01 pelo prazo de 90 dias, com o fito de devolver os documentos requisitados anteriormente à Prefeitura de Água Branca para organização e acostamento dos faltantes;

Requisitar contratos, editais de licitação, aditivos, prorrogações e avenças que esclareçam sobre o objeto do procedimento preparatório sob tela, sobretudo em face das terceirizações;

Efetivar outras requisições, notificações e procedimentos que incidentalmente sejam necessários;

Requerer ao Exmo. Procurador Geral de Justiça a publicação em Diário Oficial Eletrônico.

Publique-se e Registre-se, consoante o que determina o art. 4º da Resolução n.º 01/10 do Colégio de Procuradores de Justiça.

Água Branca, 16 de junho de 2015

Eládio Pacheco Estrela
Promotor de Justiça - Designado

Protocolo 167817

Diga NÃO ao trabalho infantil

Crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por região

Região	Porcentagem
Norte	20%
Nordeste	18%
Sudeste	24%
Sul	24%
Centro-Oeste	14%

Criança tem direito de ser criança!

IMPrensa Oficial GRACILIANO RAMOS